



Comissão Nacional de Bioeconomia

Minuta da Ata da IV Reunião Extraordinária

Aos 18 dias de agosto de 2025, das 14h às 18h, as organizações membros da Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio) reuniram-se presencialmente na Sala 814 do Ministério do Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) - Bloco J – 8.º andar - Esplanada dos Ministérios, e virtualmente por meio de videoconferência. Os participantes constam em lista de presença anexa.

I – Abertura

I.1 Abertura da 4ª Reunião Extraordinária da CNBio

- A Presidente da Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio), Julia Cruz, deu início à reunião apresentando a pauta. Em seguida, colocou em votação a ata da última reunião e pauta, que foram aprovadas sem manifestações contrárias.
- Carina Pimenta, Secretária-Executiva da CNBio, informou que pela primeira vez a Bioeconomia integrará a agenda de atuação e os dias temáticos da COP 30, concentrados nos dias 10 e 11 de novembro. Na próxima reunião, em 25/09, serão apresentadas novas informações sobre a agenda de Bioeconomia na Conferência. Pimenta também destacou a aprovação de projetos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) junto ao Green Climate Fund (GCF), dentre os quais estão sociobioeconomia, restauração, financiamento e biotecnologia.
- Bruna de Vita, representante do MMA, apresentou à CNBio informações sobre o Seminário Nacional de Sociobioeconomia, que aconteceu entre 12 e 14 de agosto, em Brasília, para consolidação do texto de sociobioeconomia do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), que deve ser finalizado até a próxima reunião. O evento contou com mais de 60 representantes de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais, Quilombolas e Agricultores Familiares. Acrescentou que durante o evento também teve início a discussão sobre salvaguardas do PNDBio, tema ainda em desenvolvimento na Comissão, e que para aprofundamento no tema alguns membros serão entrevistados pela consultoria que está auxiliando na elaboração do capítulo. Por fim, realizou a leitura da Moção de apoio à criação de uma Câmara Técnica de sociobioeconomia no âmbito da CNBio.
- Julia Cunha, Presidente da CNBio, informou que a moção será compartilhada e deliberada na próxima reunião.

- Carina Pimenta, Secretária-Executiva da CNBio, também informou que o Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios aprovou novo valor para edital de reconhecimento das práticas de povos e comunidades tradicionais, em linha com o que pede o Protocolo de Nagoya.
- Cristina Reis, representante do Ministério da Fazenda (MF), informou que o texto sobre a Taxonomia Sustentável Brasileira está em vias de finalização e deve ser aprovado no próximo dia 25 de agosto, contemplando salvaguardas transversais e instrumentos de classificação de sustentabilidade.
- Thiago Giuliani, representante da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), perguntou se haverá espaço da CNBio no Espaço Brasil durante a COP 30.
- Em resposta, Carina Pimenta, Secretária-Executiva da CNBio, informou que as inscrições abertas são para a sociedade civil e que a concorrência deve ser grande. A etapa para eventos do governo é posterior, mas seria interessante uma proposta dos membros sobre a comissão.
- Julia Cunha, Presidente da CNBio, sugeriu que membros se articulassem para a realização do evento. A ABBI se prontificou para tal articulação. Por fim, informou que o Ministério do Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) tem trabalhado para integrar os objetivos do Plano da Nova Indústria Brasil (NIB) ao PNDBio.

II – Ordem do Dia

II. 1 Apreciação e validação do conteúdo do PNDBio a ser disponibilizado na Consulta Pública – fase 2 | capítulos transversais e capítulos das missões e ações estratégicas

- Daniella Fartes, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), informou que diversas sugestões da última reunião foram acatadas, como a reorganização da ordem das missões e a concentração de ações de temas transversais nos capítulos transversais - capacitação, dados e informações e financiamento. Reforçou que as metas ainda serão elaboradas quantitativamente e, por isso, não devem ir à consulta pública. Sobre a missão de saúde e bem-estar, apresentou que houve redução do número de ações, preservando o conteúdo. Já na missão de aproveitamento integral da biomassa, o texto foi mantido, suprimindo lista de cadeias produtivas que serão citadas. Além disso, o termo “proteínas alternativas” foi substituído por “novas proteínas alimentares complementares”. Já na terceira missão da bioindústria, houve adição no texto do trecho “contribuindo com a redução do uso das matérias-primas fósseis”, além da adequação de ações para aumentar especificidades do conteúdo do MDIC. Na missão de produção da Biomassa foi alterado o indicador para contemplar aumento de produção e produtividade. Na missão de diversificação da biomassa, foi incluído o foco na biodiversidade brasileira, além do aprimoramento mais fino de alguns textos.
- Thiago Giuliani, representante da ABBI, argumentou que para a biomassa atender as demandas da bioindústria será necessário um aumento de 70% de produção, o que pode ser impossível sem aumento de novas áreas produtivas.

- Julia Cunha, Presidente da CNBio, destacou que questões de redação sejam enviadas por e-mail e o foco da discussão seja na ideia geral das missões e ações.
- Moisés Savian, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sugeriu a inclusão ao longo do texto da dimensão alimentar, a partir dos conceitos de segurança nutricional e alimentar.
- Mercedes Bustamante, representante da Academia Brasileira de Ciências (ABC), destacou que ao longo do texto menciona-se “vegetação florestal”, o que não contempla todos os biomas brasileiros, uma vez que nem todos apresentam formações florestais. Além disso, defendeu que a discussão sobre expansão de áreas para demanda de biomassa é crucial para o PNDBio, sendo necessário gestão territorial para discussão do aumento da produção em diferentes áreas. Também sugeriu a criação de algumas categorias para facilitar a leitura e organização do plano, de modo a haver uma sequência temporal das ações do curto ao longo prazo. Por fim, ressaltou que mencionar “créditos de biodiversidade” pode gerar incertezas, já que não é um mecanismo consolidado.
- Luís Fernando Badanhan, representante do Ministério de Minas e Energia (MME), sugeriu que no texto da missão 5 fosse substituído o texto “não uso do combustível fóssil” por “contribuição a alternativa de consumo de combustíveis fósseis”.
- Rafael de Sá, Representante do MDIC, afirmou que na discussão de biomassa, ficaria difícil atingir o objetivo proposto só com intensificação da produção e aumento da produtividade. Destacou também que na produção de biomassa para biocombustíveis, a emissão fica no setor agropecuário, mas a redução de emissão fica no setor de indústrias.
- Alessandro Cruvinel, representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), informou que não houve aprofundamento no exato cálculo das áreas que precisariam ser designadas para produção de biomassas. A discussão deveria ser mais sobre como atender. Se houver recuperação de áreas degradadas para a produção de biomassa, já é um avanço, de modo que o foco não é a abertura de novas áreas e, sim, a intensificação da produção. É necessário também considerar o caráter das emissões, se absolutas ou relativas, pois o Plano ABC+ trata de redução absoluta.
- Carlos Eduardo Villaça, representante do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), sugeriu que seja mencionada a pesca e a aquicultura na seção 1.3 de oportunidades e desafios da Bioeconomia, com foco na manutenção dos estoques pesqueiros sem sobrepesca.
- Mercedes Bustamante, representante da ABC, afirmou que a conta mais importante do Plano é entender de onde virá a demanda de biomassa e o tempo necessário para suprir tal demanda, já que um dos objetivos do plano é conter o desmatamento. Seria um ponto importante de ser mais especificado antes da consulta pública. A demanda de pastagens degradadas pode atender tanto a expansão da agricultura e pecuária, quanto à restauração. Então essa conta será cobrada dos diferentes órgãos de governo.
- Alessandro Cruvinel, representante do MAPA, apresentou no segundo parágrafo da página 5, que precisa incluir “adaptação e mitigação” e que afirmar que o PNDBio pode “reverter mudanças climáticas” é muito audacioso. Sugeriu que na página 6

inclua ativos da biodiversidade, mas não só naturais do Brasil. Por fim, indicou a inclusão da Política Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação, a Agricultura e a Pecuária e da atualização do conceito de bioinsumos, que deve estar atrelado à lei e não ao decreto.

- Thiago Giuliani, representante da ABBI, defendeu que no capítulo de “oportunidades da Bioeconomia” precisa incluir que a bioeconomia gera emprego e descentralização econômica e reduz riscos de abastecimento, energético e de segurança alimentar. Também questionou sobre a quantificação da demanda financeira para cada missão, a fim de qualificar afirmações como “expansão de crédito”. Ao final, sugeriu incluir nas políticas mencionadas a regulamentação do Programa de Aceleração da Transição Energética “PATEN” e do Fundo Verde.
- Em resposta, Júlia Mascarello, representante do Ministério da Fazenda, afirmou que a discussão sobre a alocação do financiamento já está acontecendo e será discutida em breve. Além disso, sugeriu que a Bioeconomia também é uma oportunidade para enfrentar as drogas e o crime organizado na Amazônia.
- Em complemento, Carina Pimenta, Secretária-Executiva da CNBio, afirmou que as metas não serão colocadas na consulta, só os indicadores. Assim, haverá tempo hábil para o desenvolvimento de notas técnicas que subsidiam as propostas de metas, explicando o curto e longo prazo, assim como o financiamento. Foi concedido intervalo da reunião.
- Mercedes Bustamante, representante da ABC, solicitou esclarecimentos sobre o critério e processo de aprovação do texto da Consulta Pública.
- Julia Cunha, Presidente da CNBio, informou que as mudanças sugeridas na primeira parte da reunião serão apresentadas na segunda parte para validação do grupo. Esse texto vai à consulta pública e, posteriormente, retorna a CNBio para deliberação.
- Carina Pimenta, informou que as metas entrarão sem mencionar os números ou incógnitas, como disponibilizado. Além disso, os membros poderão enviar as correções ortográficas e gramaticais por e-mail até quarta-feira 21/08 pela manhã.
- Mercedes Bustamante, representante da ABC, sugeriu a organização das ações por categorias estratégicas para olhar os componentes em diferentes missões, do modo como está é bastante heterogêneo e pode dificultar os aportes.
- Carina Pimenta, Secretária-Executiva da CNBio, sugeriu que as categorias possam ser os eixos da Estratégia Nacional de Bioeconomia. Além disso, destacou que o texto da consulta pública não precisa estar perfeito e que muitos pontos que estão sendo apontados na CNBio também aparecerão na consulta e terão mais tempo de aprimoramento do texto.
- Daniella Fartes, do CGEE, deu início à apresentação das consolidações das propostas apresentadas na primeira parte da reunião. O primeiro destaque é a inclusão de “nutricional” onde se fala de abastecimento e segurança alimentar.
- Rafael de Sá, representante do MDIC, defendeu a manutenção do texto anterior, uma vez que o foco da missão onde foi feita a sugestão é saúde e bem-estar e a necessidade de produção de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs); trazer a discussão de segurança nutricional pode deixar deslocado. A posição foi endossada por Mercedes Bustamante,

representante da ABC, e Laila Salmen Espíndola, representante da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, que argumentaram que o abastecimento nesse caso se refere a insumos para fábricas e não abastecimento de produção de alimentos.

- Carlos Eduardo, representante da Conape, sugeriu que segurança alimentar e nutricional seja enquadrada no capítulo de contextualização da Bioeconomia.
- Julia Cunha, Presidente da CNBio, colocou a proposta em votação, que foi aprovada sem objeção.
- Daniella Fartes, do CGEE, apresentou a consolidação da missão 5, substituir “contribuindo com a redução do uso de matérias-primas fósseis” para “contribuindo como alternativa para redução do consumo de matérias-primas fósseis”.
- Mercedes Bustamante, representante da ABC, defendeu que a substituição de matérias-primas fósseis é inevitável e a alteração proposta enfraquece o texto. O que foi corroborado por André Nahur, representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e por Carina Pimenta, representante do MMA.
- Em resposta, Luís Fernando Badanhan, representante do MME, afirmou que a questão seria o trabalho mais voltado pelo lado da demanda e oferta, não adianta diminuir o fóssil sem ter uma oferta: os biocombustíveis entrariam como alternativa para reduzir os combustíveis fósseis. Solicitou que o texto fosse melhor elaborado após a consulta pública a partir do debate sobre questões de oferta e demanda.
- Júlia Cunha, Presidente da CNBio, colocou em votação a manutenção do texto, com aprimoramento após a consulta pública. O texto foi aprovado.
- Daniella Fartes, do CGEE, apresentou a sugestão apresentada sobre a missão 6, reforçando que o aumento da produção de biomassa será sem conversão de vegetação nativa.
- Mercedes Bustamante, representante da ABC, reforçou que aumento de unidade de produção não significa redução de emissão e que o cálculo da produção da biomassa e aumento de áreas seria a maior prioridade do plano junto com a quantidade e o tipo da biomassa. Além disso, de novo aparece “restauração florestal”, sendo que os biomas brasileiros não são somente florestais.
- Julia Cunha, Presidente da CNBio, informou que as mudanças sobre o termo “florestal” serão debatidas futuramente.
- Rafael de Sá, representante do MDIC, concordando com Bustamante, afirmou que há mitigação quando não há conversão de vegetação nativa, por isso o foco na intensificação da produção, porque o principal uso da biomassa é substituir os produtos fósseis.
- Carina Pimenta, Secretária-Executiva da CNBio, o direcionamento do Governo é através do Plano Clima, então é necessário incluir que as metas estão alinhadas ao Plano Clima, inclusive no texto da missão 7.
- Mercedes Bustamante, representante da ABC, sugeriu que alguns termos sejam definidos e alinhados com outras políticas para evitar desencontros.
- Alessandro Cruvinel, representante do MAPA, afirmou que é necessário se pensar no desmatamento líquido, como é feito na Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a

Biodiversidade (EPANB). Talvez seja necessário um ajuste para que não haja o estímulo, mas não o combate.

- Carina Pimenta, Secretária-Executiva da CNBio, sugeriu alinhar o texto ao da Estratégia Nacional de Bioeconomia, que diz “não gere conversão de vegetação original”.
- Julia Cunha, Presidente da CNBio, acatou a sugestão de Carina e colocou o texto para votação. Não houve manifestações contrárias.
- Daniella Fartes, representante do CGEE, sugeriu que na missão 7 também se incorporasse o trecho em alinhamento à Estratégia Nacional. A sugestão foi acatada, após esclarecimento, pois não se menciona o sistema de plantio. Em seguida, apresentou a sugestão da substituição do termo “créditos de biodiversidade” por “instrumentos financeiros”, que também foi aprovada sem objeção. Outros pontos para análise foram trazer mais abrangência aos sistemas florestais, conforme sugerido por Bustamante, onde for necessário e a inclusão da Lei de Bioinsumos, e sua respectiva definição e da Política Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação, Agricultura e Pecuária.
- Mercedes Bustamante, representante da ABC, sugeriu também a inclusão das mensurações de emissão baseadas no Plano Clima, além de ajustes de textos para termos mais técnicos, como no caso de “conta com sol e água o tempo todo”.
- Júlia Cunha, Presidente da CNBio, sugeriu a inclusão da nova sugestão da professora Mercedes para deliberação.
- Daniella Fartes, do CGEE, sugeriu que onde se menciona sobre redução de emissões, seja colocado uma nota explicando o alinhamento ao Plano Clima. Além disso, o capítulo transversal mencionará que o PNDBio está alinhado com outras Políticas como o Plano ABC+ e Planaveg. As sugestões foram acatadas.
- Thiago Giuliani, representante da ABBI, questionou qual o prazo para envio de ajustes de redação e gramaticais.
- Carina Pimenta, Secretária-Executiva da Comissão, informou que o prazo final seria dia 21/08 às 09h.
- Daniella Fartes, representante do CGEE, apresentou a inclusão no capítulo de “oportunidades e desafios” da Bioeconomia da redução dos riscos de abastecimento, energético, segurança alimentar e também o desenvolvimento regionalizado.
- Mercedes Bustamante, representante da ABC, ressaltou que ainda há itens sobre financiamento no texto das missões que poderiam ir para o capítulo transversal. Além disso, reforçou o pedido feito pela ABBI sobre a importância de se calcular o volume necessário de financiamento, assim como apresentar a origem do recurso.
- Thiago Falda, representante da ABBI, sugeriu também a inclusão no capítulo de “oportunidades e desafios” a oportunidade da diversificação, intensificação e agregação de valor das cadeias produtivas.
- Julia Mascarello, representante do MF, afirmou que ainda vão avaliar mais precisamente sobre incluir as discussões de financiamento: se será apenas nos capítulos transversais ou também haverá menção das ações, o que só será decidido após a consulta pública.

- Julia Cunha, Presidente da CNBio, colocou em votação as sugestões, que foram acatadas sem objeção.
- Daniella Fartes, do CGEE, trouxe a última contribuição feita durante a reunião, sobre a inclusão, também no capítulo de “Oportunidades e Riscos”, sobre a Bioeconomia como alternativa para o enfrentamento ao crime organizado, principalmente ao tráfico de drogas.
- Mercedes Bustamante, representante da ABC, defendeu que o trecho não deveria entrar dessa forma, sugeriu trechos mais alinhados ao PNDBio como “formação de recursos humanos, diminuição de assimetrias regionais”. Acrescentou que seria um grande salto para o PNDBio dizer que combate de forma direta o crime, sendo que muitas vezes para a Bioeconomia acontecer é necessário retirar o crime organizado do território.
- Vitarque Coelho, representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR), sugeriu que seja mencionado ‘alternativa de desenvolvimento territorial, social e econômico em áreas vulneráveis, com oportunidades de renda e empreendimentos para jovens’.
- Julia Cunha, Presidente da CNBio, afirmou que a redação mais elaborada do texto será feita pelo CGEE. Colocou-se em votação o tema, que foi aprovado.
- Julia Cunha, Presidente da CNBio, informou que a equipe do CGEE terá autonomia para correções ortográficas e ajustes finos ao longo do texto, além da alteração dos indicadores para a retirada dos números/incógnitas. O texto base para a consulta pública foi colocado em votação e aprovado pelos membros da comissão.

III – Informes

- Carina Pimenta, Secretária Executiva da CNBio, informou que a consulta deve acontecer entre 25/8 e 25/09. Destacou que durante esse período acontecerão diálogos regionais (em Brasília, Recife, Manaus, Florianópolis, Rio de Janeiro) e encontros autogestionados. Além disso, acrescentou que o trabalho dos membros da CNBio segue para a construção das fichas técnicas de metas e indicadores até 08 de setembro e o mapeamento de iniciativas até 01/09.

IV – Encerramento.

- Não havendo mais nada a tratar, Julia Cunha, Presidente da CNBio, encerrou a reunião.

V - Encaminhamentos

- Consulta Pública - Fase 2 - 25/08 a 25/09
- Diálogos Regionais (5 encontros) e encontros autogestionados
- Mapeamento de iniciativas 22/08 a 01/09
- Ficha técnica de metas e indicadores até 08/09
- Reunião da CNBio para deliberação de metas, indicadores e matrizes de iniciativas - 25/09
- Prazo para envio de correções gramaticais e ortográficas - 21/08 às 09h

- As correções foram feitas apenas nos aspectos gramaticais e de padronização, mantendo totalmente o conteúdo original e a estrutura do documento.

MINUTA